

DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ENTREVISTA COM O DOUTOR IVO MARCOS THEIS¹

A presente entrevista se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”, que conduz entrevistas escritas e gravadas (em plataforma virtual) com destacados pesquisadores da Área de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” – Plurd – área de conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, coordenado por docentes do programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.

As entrevistas escritas e virtuais objetivam: a) Compreender a trajetória histórica, social, política e econômica dos debates sobre desenvolvimento; b) Analisar as variações conceituais decorrentes da interface das diversas áreas do conhecimento na constituição do discurso científico do desenvolvimento; c) Conceber aspectos constitutivos da área da Plurd e de sua condição estratégica ao acolher programas de *stricto sensu* de “Desenvolvimento Regional”; d) Constituir registro escrito sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional disponível ao público interessado nas questões, debates, pesquisas e conhecimentos promovidos por esta área do conhecimento.

Esta é a segunda entrevista publicada da série “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”. O entrevistado é o professor e pesquisador Ivo Marcos Theis, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau (Furb), que possui Graduação em Economia pela Furb no ano de 1983. Com Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sua dissertação abordou a temática “Crescimento econômico e demanda de energia no Brasil entre 1930 e 1980”, cuja defesa ocorreu em 1988. Doutorou-se em Geografia Humana pela Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, com a tese intitulada *Entwicklung und Energie in Südbrasilien: Eine wirtschaftsgeographische Analyse des Energiesystems des Itajaítals*, defendida em 1997. Coursou dois Pós-Doutorados: Política Científica e Tecnológica (Unicamp), em 2008, e Desenvolvimento Regional (Unisc), em 2016. O professor Ivo é titular da Universidade Regional de Blumenau (Furb) desde 1986, com atuação no ensino de Graduação (Economia) até 2019 e no ensino de Pós-Graduação e na pesquisa (Desenvolvimento Regional) até o presente momento. Suas principais áreas de investigação são: desenvolvimento regional, economia regional e urbana, pensamento social brasileiro, planejamento regional, políticas de ciência e tecnologia. É editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, bem como bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

¹Doutor em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha). Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica (Unicamp) e Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0128-2188>

Para o professor Ivo Marcos Theis, “...está faltando embate teórico no campo do DR, em parte porque o campo está em construção (o Sedres é ainda relativamente novo, no Enanpur se tem tido espaço limitado até aqui, os periódicos do campo não são todos bem avaliados no Qualis da área), em parte porque não se questiona a precedência da dimensão econômica que informa os significados assumidos por DR no debate público, principalmente na área PUR/Demografia. Mas, sim, percebe-se a influência de certos autores na produção intelectual em DR no Brasil, como Celso Furtado e Amartya Sen, entre outros. Todavia, o embate maior, no Brasil, se dá entre uma visão de DR desde a realidade metropolitana e uma perspectiva de DR centrada na realidade das aglomerações de médios e pequenos municípios do interior”.

A seguir, a entrevista na íntegra.

1. Professor poderia nos apresentar aspectos que considera relevantes de sua trajetória acadêmica?

Fiz bacharelado em Ciências Econômicas (Furb, 1983), Mestrado em Administração Pública (UFSC, 1988) e Doutorado em Geografia Humana [Anthropo-Geographie] (Universität Tübingen/Alemanha, 1997). Atuei como professor de economia (Graduação) entre 1986 e 2019 (quando me aposentei), e como professor-pesquisador do PPGDR desde o seu surgimento (1999/2000) até o presente. Entre 1998 e 2002 fui pró-reitor de pesquisa e Pós-Graduação. Fui coordenador-adjunto da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, na Capes, no triênio 2011-2013. Integrei a direção da Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Anpur – 2013-2015 – e novamente agora, 2019-2021). Passei por dois estágios de Pós-Doutorado: em Política Científica e Tecnológica (Unicamp, 2007/2008) e em Desenvolvimento Regional (Unisc, 2016/2017). Desde 2013 sou editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Lidero um grupo de pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional), cuja existência também ultrapassa 20 anos. Sou, também, bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

2. Em que momento despertou no professor o interesse pela pesquisa em torno da temática do desenvolvimento?

A reforma do currículo de economia (Resolução 11/1984 do Conselho Federal de Educação) introduziu a disciplina “Desenvolvimento Socioeconômico”, para a qual fiz concurso na Furb – e desde que aquele currículo foi implantado, lecionei a referida disciplina. O gosto pelo tema, porém, veio antes, ainda na Graduação, com a leitura de livros de Celso Furtado – possivelmente, o maior especialista em economia do desenvolvimento que se conheceu. Mas, tanto no Mestrado quanto depois, no Doutorado, o tema do desenvolvimento permaneceu como grande referência para mim. Agora, faz uns 10 anos que já atentei melhor para um subcapítulo de “O mito do desenvolvimento econômico”, do mesmo Celso Furtado, em que está evidenciada a impossibilidade da generalização ilimitada do desenvolvimento.

Estou com um artigo no forno para acertar minhas contas com o tal “desenvolvimento” – que, espero, possa ser logo encaminhado para publicação.

3. Em que ano o professor ingressou na área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional? E quais as características desta área naquele momento?

Começo por “desenvolvimento regional”. Até que fizesse meu Doutorado, a expressão desenvolvimento regional me era de pouca importância. Foi num seminário, oferecido em 1995/1996 por meu orientador, prof. Dr. Gerd Kohlhepp, que passei a prestar maior atenção ao assunto. E quando já estava de volta ao Brasil, em 1997, com uma conjuntura marcada pela adesão do governo da época aos preceitos neoliberais (abertura comercial, inserção passiva na “globalização”, redução da presença do Estado na economia, etc.), o tema ganhou justificativa prática, ou seja, tratava-se de pensar como as regiões, de uma hora para outra tornadas órfãs do Estado e do planejamento do território, submetidas à competição antes desconhecida, poderiam manter níveis de emprego e renda aceitáveis para as suas populações. Desenvolvimento regional era a alternativa que se apresentou naqueles tempos, sobretudo no Sul do país, em que certa tradição de organização comunitária favoreceu uma resposta plausível para aquela conjuntura. A Furb mobilizou professores que se envolveram com a organização do Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí, a construção do Hospital Regional Universitário e com a formulação de uma opção de Pós-Graduação (em princípio, em nível de Especialização) que se preocupasse tanto em explicar o que se passava quanto em oferecer alternativas viáveis. Aí, neste momento, desenvolvimento regional como política pública ganhava significado para mim, mas ainda não como subárea de conhecimento.

Meu contato com a “área” de Planejamento Urbano e Regional/Demografia ocorreria pouco mais tarde, por intermédio da professora Virginia E. Etges. Como a equipe de professores para o planejado curso de Especialização em Desenvolvimento Regional tinha condições para se tornar um curso de Mestrado, avançou-se nesta perspectiva. A ela somaram-se professores de outras IES, entre eles, a mencionada professora Virginia Etges – que havia criado anos antes o Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unisc, o primeiro do Brasil. Naquela conjuntura, primeira metade dos anos 2000, nossos “cursos de Mestrado”, que em seguida virariam “programas”, estavam na área “multidisciplinar”, que, por sua vez, em algum momento, viraria interdisciplinar. Já mais para o fim daquele decênio, a professora Virginia nos informou que recebera convite para migrar de área, da inter para a PUR/Demografia. Penso que no PPGDR/Furb tive mais responsabilidade nisso – pela migração – que meus colegas, e o fato é que seguimos o precedente da Unisc. Aí é que me torno mais íntimo da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes.

Quanto às características da área, em primeiro lugar há que lembrar que, em geral, houve um crescimento considerável no número de PPGs no Brasil. O mesmo se deu na área de PUR/Demografia. No momento em que Unisc e Furb ingressaram, não havia outros PPGs de DR, sendo a área razoavelmente dominada por PPGs de planejamento urbano. Assim, pode-se dizer que o regional era, até o ingresso da Unisc, um tema acessório na área e, desde então os PPGs de DR vêm crescendo, tornando-se virtualmente maioria já há alguns anos.

4. Antes da constituição da área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional, em que áreas do conhecimento se concentravam as pesquisas e debates sobre o desenvolvimento regional?

Em termos de formação acadêmica, o assunto era tratado, marginalmente, nos cursos de economia e, mais concretamente, em cursos de geografia. O campo de planejamento urbano e regional, que não possui tradição de formação em nível de Graduação, também se ocupava de DR. Penso que aí talvez precise rastrear a própria formação das ciências sociais (algo que pode ser feito a partir de Immanuel Wallerstein e Boaventura de Souza Santos). Fora do acima referido (p. ex., nas ciências exatas ou da saúde), o DR só deve ter aparecido como complemento de um campo originariamente ligado às ciências sociais. Agora, Celso Furtado, economista, é quem se ocupou de mobilizar energias e recursos para promover maior equidade inter-regional no Brasil. E tem reflexões brilhantes sobre a problemática regional. De alguma forma, somos todos – militantes do DR na PG brasileira – devedores de Furtado, seja pelas influências intelectuais diretas, seja pelo seu exemplo de militante da causa. O grosso das pesquisas em DR no Brasil, porém, estava, até recentemente, na “região-problema”, como Francisco de Oliveira (que tem formação em economia e sociologia) chamava o Nordeste, ele que era pernambucano. Exemplo ainda ativo está em Otamar de Carvalho, Tânia Bacelar e nos colegas do PPGDR da UEPB, herdeiros deste esforço.

5. Em sua perspectiva analítica, quais as diferenças entre as concepções de desenvolvimento pesquisadas, analisadas e debatidas ao longo do século até fins da década de 80 em relação às pesquisas e debates do desenvolvimento regional pós anos 90 do século 20?

Escrevi um artigo em que procuro acertar contas com a categoria “desenvolvimento” e, em alguma medida, acabo contemplando a preocupação que se encontra nesta pergunta. De forma esquemática, desenvolvimento passa a ter o significado que conhecemos na segunda metade dos anos 1940, portanto, no pós-guerra, quando os governantes estadunidenses classificaram o mundo em desenvolvidos e (ainda) não-desenvolvidos. A influência do imperialismo estadunidense está impressa na perspectiva da “modernização”. Desenvolvimento é, neste sentido, crescimento econômico com alguma qualidade de vida que se alcança depois de percorridas algumas etapas – que poderiam ser encurtadas. No final, todos os países poderiam desfrutar da modernidade capitalista dos EEUU Estados Unidos. No “terceiro mundo”, como se chamava então o bloco dos países periféricos, a percepção – crítica – era de que o “desenvolvimento” dos países centrais se viabilizava precisamente por seu “subdesenvolvimento”. A perspectiva da Cepal, a teoria da dependência e a análise crítica de Celso Furtado, a despeito das diferenças, convergiam para este diagnóstico. O que, porém, era comum a quase todos os enfoques sobre desenvolvimento? Basicamente, dois pontos: o primeiro, que desenvolvimento incorporava a preocupação com a dimensão qualitativa, não sendo mais limitado a crescimento econômico (a dimensão quantitativa, de aumento indefinido do PIB), embora não prescindisse dele (engraçado que os desenvolvimentistas vão dizer o contrário: que crescimento econômico é necessário, mas não suficiente); segundo, que

desenvolvimento era desejado, que era algo universalmente bom (portanto, convergiam curiosamente com a percepção dos teóricos da modernização). Talvez esses “paradigmas” tenham passado a ser questionados com a constatação dos “limites do crescimento”, portanto, com as cada vez mais visíveis externalidades do desenvolvimento, que se manifestavam tanto em termos de piora da qualidade de vida de bilhões de seres humanos pelo mundo afora, quanto em termos de degradação ambiental (vide Conferência de Estocolmo, Nosso Futuro Comum, etc.). Talvez seu questionamento também possa ser atribuído à vitória do ultraliberalismo dos integrantes da Sociedade Mont Pelerin sobre o keynesianismo, na segunda metade dos anos 1970. De qualquer forma, aqui está a motivação para uma nova entrada em cena do “desenvolvimento regional”, sobretudo nos países periféricos, não exatamente nos anos 1980, mas nos anos 1990. O que o ultraliberalismo fez nesses países, desprovidos de um Estado de Bem-Estar social (no Brasil, a CF de 1988 é que prometia à massa da população algo parecido com o desfrutado pelos europeus no pós-guerra), foi uma desarticulação brutal dos mecanismos de regulação governamental, inclusive, de ordenamento do território. Com a adoção da agenda do Consenso de Washington, pelo governo de FCM, e com a gestão liberal do Plano Real, pelo governo de FHC, o Estado deixa de cumprir funções no âmbito econômico-social para concentrar-se no âmbito financeiro. Assim, a globalização dos anos 1970-1980 é acolhida pelos governantes dos países periféricos como um desafio e uma oportunidade, não como um risco. Acreditava-se que da inserção no admirável mundo novo da globalização ultraliberal se pudesse extrair desenvolvimento em escala nacional. O desenvolvimento regional foi a opção que restou às comunidades do interior desses países – Brasil –, inclusive. Desenvolvimento regional foi o mecanismo de defesa das comunidades, articuladas em torno de interesses locais e regionais, contra as políticas econômicas que privilegiavam agora o financeiro, em consonância com a globalização ultraliberal. As pesquisas em torno do DR e o surgimento mesmo de PPGs em DR são exigências daquela conjuntura e emergências daqueles eventos.

6. Como você caracterizaria a ciência do desenvolvimento regional produzida na atualidade?

Se por ciência se reconhece uma episteme, um saber, uma base de conhecimento relativa a certo objeto, penso que pouco se tem avançado no reconhecimento de DR como campo (nos termos de Bourdieu) – em especial, no Brasil. Este é um desafio para quem milita aí. Tenho tido uma pequena participação neste esforço, que inclui colegas como Virginia E. Etges e Rogério L. Silveira (Unisc), Rainer Randolph (UFRJ) e Luciano Albino (UEPB). Minha percepção desse desafio é a de que não se sabe (ainda) exatamente em que plano os/as estudiosos/as do DR podem se comunicar. Dou um exemplo: não há quem, no campo delimitado pela atuação dos seus estudiosos, não defenda desenvolvimento regional como propósito, como política, como objetivo. Lidar criticamente com este objeto no plano epistemológico deveria conduzir à sua abertura, ao seu desvelamento – o que ainda não ocorreu. Assim, tem-se defendido um DR que é dado, e o que é dado é, no fundo, crescimento econômico em escala regional. É evidente que não se trata de se construir uma nova “grande” teoria, como as que existem nas ciências sociais. Penso que, nos termos de T. Merton, quando falamos de DR, estamos diante de uma “teoria de médio alcance” – que se nutre das grandes teorias já presentes nas ciências sociais. Não vejo, todavia, que os esforços realizados até o presente no

Brasil e em outros países da AL tenham produzido avanços no sentido de oferecer um “saber” sobre DR que seja original, crítico e socialmente relevante.

7. Em sua perspectiva, quais os principais desafios para a ciência do desenvolvimento regional na atualidade?

O grande desafio é, precisamente, construir o/um “campo” do DR no Brasil e na América Latina a partir de uma perspectiva original, crítica e socialmente comprometida. Se sabemos o que fazem os estudiosos da ciência política, da sociologia e da economia, ainda não sabemos o que fazem os estudiosos do DR. No plano positivo, tomam o DR como um dado da realidade (crescimento econômico em escala regional), e no plano normativo, o postulam como algo universalmente desejável – uma projeção a partir do que a realidade informa. E o que a realidade informa? DR passa uma ideia de crescimento econômico em escala regional, com uma preocupação mais qualitativa. Isso parece claramente insuficiente. Há a necessidade de se abrir o conceito, de se questionar o que ele traz consigo; do contrário, ter-se-á sempre, em termos positivos, um “desenvolvimento regional” quando o PIB de tal ou qual região crescer 5% a.a.; e, em termos normativos, postular que esse “desenvolvimento regional” seja impulsionado por um crescimento maior, digamos, de 7% a.a. Para se escapar desse círculo mais que vicioso, caberia desvelar o conceito, confrontá-lo com a realidade empírica, marcada pela tragédia social e ecológica em que estamos mergulhados. Desenvolvimento e DR devem ter algo a ver com ela, não? Na minha perspectiva, em termos positivos, o DR deveria “captar” os aspectos cruciais dessa tragédia e, em termos normativos, o “propósito”, o “desejo” por DR deveria dar lugar a outros propósitos, a outros desejos.

8. Quais autores ou pensadores são suporte teórico (das diversas áreas) para sua construção do pensamento na área do Desenvolvimento Regional?

O primeiro nome que me vem à cabeça é o economista Celso Furtado, mas, acho que “minha” construção envolve outros nomes, alguns dos quais posso declinar aqui. Da geografia, entram David Harvey, Neil Smith e Mick Dunford; entre brasileiros, Milton Santos e Maria Laura Silveira. Para pensar DR desde o Brasil, tenho buscado ler intérpretes do pensamento social brasileiro, nesse caso, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Raymundo Faoro. Da geração mais recente de brasileiros que tem contribuições para o DR incluo Francisco de Oliveira, Wilson Cano e Tânia Bacelar. Meus diálogos sobre DR no Brasil são com os antes já referidos – Virginia E. Etges, Rogério L. da Silveira, Cidival M. Sousa e Rainer Randolph –, aos quais acrescento ainda Luciana Butzke (Furb), Fernando de Macedo (Unicamp), Carlos A. Brandão (UFRJ) e Victor Ramiro Fernández (UNL, Argentina). Além desses nomes, valho-me dos escritos de alguns integrantes do Open Marxism, sobretudo John Holloway, e de duas mulheres profundamente latino-americanas que são próximas deste enfoque: Ana Cecilia Dinerstein e Raquel Gutierrez Aguilar. Para finalizar, me tem sido muito gratificante ler dois

filósofos alemães, para escapar às armadilhas da história na sua versão mais positivista: Ernst Bloch e Walter Benjamin.

9. Percebe a existência de embates teóricos na área do Desenvolvimento Regional? Em quais temas?

Na realidade, está faltando embate teórico no campo do DR, em parte porque este encontra-se em construção (o Sedres é ainda relativamente novo; no Enanpur se tem tido espaço limitado até aqui e os periódicos do campo não são todos bem-avaliados no Qualis da área), em parte porque não se questiona a precedência da dimensão econômica que informa os significados assumidos por DR no debate público, principalmente, na área PUR/Demografia. Mas, sim, percebe-se a influência de certos autores na produção intelectual em DR no Brasil, como Celso Furtado e Amartya Sen, entre outros, todavia, o embate maior, no Brasil, se dá entre uma visão de DR desde a realidade metropolitana e uma perspectiva de DR centrada na realidade das aglomerações de médios e pequenos municípios do interior. A primeira vive intensamente o urbano, reflete a partir de IES estatais consolidadas e tem maior tradição; a segunda, ao contrário, vive um urbano que ainda não apagou o rural, reflete a partir de IES comunitárias sem maior expressão nacional, e ainda “engatinha”. Esse embate, naturalmente, é travado a partir de referências específicas para cada situação. Do ponto de vista da realidade concreta, não há uma inevitabilidade do desenvolvimento (das forças produtivas) que leve a que as aglomerações de (regiões formadas por) médios e pequenos municípios do interior se convertam em metrópoles, mas, do ponto de vista do conhecimento que se produz sobre esta realidade, convém não assumir uma postura de subserviência intelectual, de colonialismo interno (como diz Pablo González Casanova), ou seja, de adotar referências na “periferia” que são produzidas no “centro” a partir da (e gerada para explicar a) realidade do “centro”. Em geral, porém, embates teóricos na área de DR seriam muito bem-vindos!

10. Considera uma rede internacional de debate na área do Desenvolvimento Regional? Quais autores e países estão envolvidos nessa dinâmica?

Esta é uma questão importante, ainda mal encaminhada no campo do DR no Brasil – e talvez também na AL. Há limitantes dos quais se precisa partir para pensar uma resposta viável: o domínio do inglês como língua com a qual se comunicam resultados de pesquisa nos periódicos internacionais... sempre penso que o ideal é que pudéssemos falar as nossas línguas, que aprendemos em casa, e que se quisermos saber algo de outrem, que estudássemos a sua língua. A imposição de uma língua tem vantagens, mas também desvantagens – que não cabe discutir aqui. Para além deste limitante, há parâmetros próprios de publicação: é mais fácil um cidadão de um país do mundo desenvolvido ir para um país do mundo subdesenvolvido, produzir conhecimento sobre a realidade deste e publicar nos periódicos internacionais, que um nativo do mundo subdesenvolvido produzir conhecimento sobre “seu” mundo e publicar em um periódico internacional. Então, resta aos “periféricos” estabelecer relações com os seus iguais (desde o Brasil, com a América Latina e a África, por exemplo) e com pesquisadores do

“centro” sensíveis, respeitosos e solidários com os pesquisadores da “periferia”. A rede com a qual se conecta o nosso grupo de pesquisa abrange, neste momento, Argentina, México, Angola, Austria e Inglaterra.

Entrevista concedida à:

Dr. Alexandre Assis Tomporoski
Dr^a Cintia Neves Godoi
Dr. Jairo Marchesan
Dr. Sandro Luiz Bazzanella

Como citar esta Entrevista: THEIS, Ivo Marcos. Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional. [Entrevista Cedida a] Alexandre Assis Tomporoski, Cintia Neves Godoi, Jairo Marchesan, Sandro Luiz Bazzanella. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 3, p. 13-20, 21 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.3.4292>

Entrevista recebida em: 08/06/2022

Entrevista aprovada em: 05/10/2022

Entrevista publicada em: 21/12/2022